PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2012
(Do Sr. LEONARDO GADELHA)

Permite a dedução de despesas com aquisição de bens e serviços necessários para a utilização de energia solar ou eólica da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas e da contribuição social sobre o lucro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei permite a dedução da base de cálculo do Imposto de Rendas das Pessoas Físicas – IRPF, do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de despesas com a utilização de energia solar térmica e com a geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, a partir de instalações que possuam capacidade instalada de até 1.000 kW (mil quilowatts).

Art. 2º O art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do § 3º:

“Art. 13.....

§ 3º Admitir-se-ão como dedutíveis os gastos com a aquisição de bens e serviços necessários para a utilização de energia solar térmica e para a geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, a partir de instalações que possuam capacidade instalada de até 1.000 kW (mil quilowatts), até o limite de 5% (cinco por cento) do lucro operacional da pessoa jurídica.” (NR)

Art. 3º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º.....

II-.....

h) as despesas com a aquisição de bens e serviços necessários para a utilização de energia solar térmica e para a geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, a partir de instalações que possuam capacidade instalada de até 1.000 kW (mil quilowatts);

§ 4º A dedução prevista na alínea “h” do inciso II do caput deste artigo limita-se a 5% (cinco por cento) da soma dos rendimentos de que trata o inciso I do caput deste artigo.” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Reapresentamos oportunamente o presente projeto de lei de autoria do ilustre deputado Marcondes Gadelha, cuja tramitação restou prejudicada no fim da legislatura passada em razão de sua não reeleição. A proposta já havia recebido parecer favorável da lavra do saudoso deputado Eduardo Valverde em setembro de 2007 na Comissão de Minas e Energia. O voto pela aprovação da matéria foi acompanhado pelos membros da comissão. Encerrada a 53ª Legislatura, o Projeto de Lei nº 220/2007 foi arquivado.

Feitas as observações preliminares, enfocamos o real alcance da propositura que é o de incentivar o uso das energias solares e eólicas no país, especialmente neste momento em que vivemos sob a ameaça de aquecimento global, causado pela excessiva utilização dos combustíveis fósseis, e tendo em vista as dificuldades no licenciamento de grandes hidrelétricas.

Partindo-se dessa premissa, a contenção do aquecimento global deve ser considerada, pois vejamos: estudos recentes mostram um cenário devastador para a humanidade e as previsões mostram que, até o fim deste século, a temperatura da Terra pode subir de 1,8°C — na hipótese otimista — até 4°C. O derretimento das camadas polares deve elevar o nível dos oceanos entre 18 cm e 58 cm até 2100. Além disso, tufões e secas devem

se tornar mais intensos. Essas mudanças climáticas podem colocar em risco a vida de milhões de pessoas, se não forem tomadas medidas para evitá-las.

Nesse contexto, as ações relativas a energias limpas vêm crescendo em todo o mundo. Atenta, a Alemanha estuda trocar suas usinas nucleares por outros tipos de instalações geradoras de energia menos poluentes. Recentemente, os Estados Unidos anunciaram que pretendem substituir, nos próximos anos, uma parte do consumo de combustíveis fósseis por combustíveis limpos. No Brasil, os biocombustíveis e as energias eólica e solar têm merecido cuidado na matriz energética.

O motivo maior da proposição abrange exatamente esse pormenor, ou seja, a utilização das energias eólica e solar que oportunizarão as pessoas físicas a dedução da base de cálculo do imposto de renda, as despesas com aquisição de bens e serviços necessários para o uso desses recursos e, ainda, as pessoas jurídicas poderão deduzir das bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido os referidos gastos.

A proposta em tela pode contribuir para que tenhamos um meio ambiente mais limpo e equilibrado. O emprego de energias limpas, como a eólica e a solar, diminui, por exemplo, a necessidade da existência de um maior número de termelétricas, que usam combustíveis fósseis para a geração de energia elétrica. É primordial evitar que uma quantidade razoável de gases geradores do aquecimento global seja lançada na atmosfera.

Finalmente, levando-se em consideração que todos os continentes vêm desenvolvendo movimentos semelhantes aos mencionados, visando a criar um mecanismo de incentivo ao uso das energias eólica e solar, esperamos poder contar com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do projeto de lei.

Sala das Sessões, em 02 de fevereiro de 2012.

Deputado LEONARDO GADELHA